

FRANCISCO DO O' DE LIMA
JÚNIOR*
ROSANA MARQUES
FEITOSA **

a desigualdade na região nordeste no
período de 2001 a 2009: notas de
exploração dos seus aspectos numa
perspectiva multidimensional

* Doutorando
do Programa de
Pós-Graduação em
Desenvolvimento
Econômico do
Instituto de Economia
da Universidade Es-
tadual de Campinas
– IE/UNICAMP, Área
de Concentração:
Economia Regional
e Urbana. Mestre
em Economia pelo
Instituto de Economia
da Universidade Fe-
deral de Uberlândia
– IE/UFU. Professor
Adjunto do Depart-
amento de Economia
– DE da Universidade
Regional do Cariri –
URCA, Crato – CE
** Pós-graduanda
em Desenvolvimento
Regional pela Uni-
versidade Regional
do Cariri – URCA,
Pesquisadora do
Grupo de Pesquisa
em Desenvolvimento
Territorial do Depart-
amento de Economia
– DE – URCA.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a questão da desigualdade numa perspectiva multidimensional na Região Nordeste durante o período de 2000 a 2008. Tal perspectiva se propõe a uma visão que extrapole o conceito de desigualdade pautado na noção de renda apresentando diversos tratamentos desde a distribuição primária do excedente pelas forças produtivas até os instrumentos de distribuição secundária como as políticas públicas e os arranjos institucionais. A divulgação recente de redução nos níveis de desigualdade do Brasil sem encontrar respaldo em transformações estruturais definitivas associam-se às limitações na forma como tal redução vem ocorrendo, restrita ao conceito de renda. Na realidade nordestina alguns fatores corroboram para a análise pautada na renda como: os maiores efeitos das políticas de transferência de renda, a elevação do poder de compra dos salários médios, o quadro macroeconômico de resgate do crédito e dos investimentos. Estes aspectos acabam por justificar tal visão, obliterando as idéias pautadas em outras formas de desigualdades, imensas e de caráter estrutural nesta região.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdade de renda; perspectiva multidimensional; Região Nordeste.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the issue of inequality from a multidimensional perspective in the Northeast region of Brazil from 2000 to 2008. This perspective proposes a concept that goes beyond the concept of inequality based solely on income, presenting various approaches including the primary distribution of surplus value by the productive forces as well as the instruments of secondary distribution such as public policies and institutional arrangements. The recently divulged a reduction of national inequality levels, however, this finding was made without supporting information on permanent structural changes. Instead it relates to the limitations on how such a reduction is taking place, restricted only to an income-based concept. The reality in the Northeast is that various factors corroborate the income-based analysis, such as the major effects of income transfer policies, raising the purchasing power of average wages and the macroeconomic framework for credit and investments refunds. In the end, these aspects justify such a concept, obliterating ideas based on other forms of inequality, that are numerous and of a structural character, in this region.

KEY WORDS

Income inequality; multidimensional perspective; Northeast from Brazil.

INTRODUÇÃO

As discussões tratando do problema das desigualdades têm ocupado importante espaço nos estudos sobre o processo de desenvolvimento capitalista na atualidade bem como nos debates em economia regional. Algumas justificativas mais gerais podem ser ligeiramente levantadas para tanto. Destacamos inicialmente os efeitos distributivos da inflexão no paradigma de regulação observado com maior nitidez a partir dos anos 1970, quando o modelo de promoção do *Welfare State* e suas respectivas políticas são colocados em questão. Tal movimento toma corpo mais definido na última década do século XX e início dos anos 2000 com a consolidação de um novo marco regulatório cujas características mais gerais serão apresentadas posteriormente, marcantes na sua distinção de sistematizar drenagem de recursos da renda produtiva do trabalho para a renda financeira.

Fica evidente neste deslocamento, conforme atesta Dedecca (2010d), que as alterações na distribuição do excedente são marcas incessantes do capitalismo em suas transformações a partir da contínua expansão da produtividade. Além dos aspectos próprios do regime de acumulação, para o seu entendimento numa realidade como o caso da economia brasileira, devem ser agregadas particularidades relacionadas a dois aspectos: i) as heranças do processo de formação da sua economia e constituição do aparelho produtivo de um lado e, ii) os rebatimentos ocasionados pela inserção brasileira na dinâmica proporcionada pela inflexão acima referida, de outro.

Os elementos que gradativamente foram determinando as formas de apropriação do excedente na sociedade brasileira são muito bem trabalhados por autores clássicos que trataram da formação do capitalismo do Brasil¹. De suas contribuições é possível deduzir uma série de qualificações que ajudam a explicar as estruturas em que se assentam o elevado grau de desigualdade bem como apontar para as necessidades de superação dos impasses por elas gerados pra se ter efetivamente um avanço na redução destas disparidades. Dentre elas destacamos:

- a) A tardia formação de um mercado de trabalho assalariado, lançando mão de instrumentos que forja a recorrência de excedentes de força de trabalho (DEDECCA, 2010d, p. 6) como a migração, a posterior

¹ Furtado, Oliveira, Tavares, Cano, dentre outros.

- mobilização de mão-de-obra interna, a obliteração à organização dos trabalhadores, dentre outros;
- b) Esta formação de mercado de trabalho tardia ocorre sobre uma estrutura de propriedade patrimonial - principalmente agrária - ainda concentrada e que remonta ao período colonial;
 - c) Os deslocamentos dos eixos dinâmicos com concentração da população de acordo com os ciclos de atividade econômica culminando com o ciclo cafeeiro e posterior processo de industrialização na região onde ele ocorreu, tendo conexões com os demais elementos que fundamentam a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho nacional e as imensas desigualdades interregionais;
 - d) Limitado avanço do sistema de proteção social trabalhista quando da emergência da industrialização e dos desdobramentos sobre a economia urbana assim como sua tardia extensão aos trabalhadores rurais;

No decurso destas qualificações e da não superação dos problemas por elas gerados se sedimenta o aprofundamento das desigualdades sociais que, não obstante a sua redução durante os últimos anos, conforme documentos e pesquisas oficiais (IPEA, 2006), ainda se encontram em níveis consideráveis.

Para tornar a problemática ainda mais complexa, os elementos acima apontados imprimem marcas também caracterizadas por disparidades entre os diversos espaços regionais do Brasil. A questão regional tão presente nas políticas de promoção do desenvolvimento nacional permeando a intervenção pública do final dos anos 1950 até meados dos anos 1980 se faz mais presente ainda quando o nível de análise tomado são as desigualdades. Mesmo com o dinamismo econômico observado principalmente nos anos 1970 e as transformações proporcionadas, espaços brasileiros como é o caso das regiões Norte e Nordeste continuam apresentando indicadores sociais aviltantes quando comparados às realidades nacional e de outros países.

Destas economias regionais, observa-se que no complexo nordestino o conjunto fornecido pelos elementos acima destacados incutirá maiores marcas face ao quadro macro-conjuntural que caracteriza a região. O seu relativo atraso estrutural, a alta concentração demonstrada pelos principais indicadores, a recorrência da necessidade de políticas mais gerais de

promoção do desenvolvimento, o fato de se constituir no espaço nacional onde as repercussões dos programas de transferências de renda são mais perceptíveis contribuem para elencar os argumentos de validade da perspectiva prevaiente num âmbito mais geral de desigualdade com base no parâmetro da renda.

Entretanto, ao se aprofundar sobre tal visão, podem ser arroladas algumas contraditoriedades decorrentes dos limites desta perspectiva, que são majoradas quando se considera o contexto da Região Nordeste. Faz-se necessário apontar tais contraditoriedades bem como apresentar pistas que permitam compreender o fenômeno da desigualdade para além da idéia de renda, considerando aspectos multidimensionais que sejam capazes de captar a sua complexidade que se reproduz em formatos mais amplos nesta região.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo estudar a desigualdade numa perspectiva multidimensional na Região Nordeste durante o período de 2000 a 2008. Para tanto, o artigo está estruturado em três sessões além desta introdução e das considerações finais. Numa primeira parte, são traçadas algumas notas sobre os diversos tratamentos da desigualdade dando destaque para a necessidade de revisão das abordagens limitadas na noção de renda. Em seguida, buscou-se apresentar o quadro estrutural da economia nordestina tendo como proposição o conjunto de determinações explicativo resultado do processo de formação econômica e sua posterior evolução acima destacado. Por último são apresentados alguns dados para elucidar de forma mais real o intento aqui proposto.

DIVERSOS TRATAMENTOS DE DESIGUALDADE

A maioria dos tratamentos em torno da idéia de desigualdade está pautada na abordagem hegemônica dada por alguns ramos das Ciências Sociais, como é o caso da Economia, centrada na noção de renda. Decorrem deste fato alguns aspectos que influenciam as leituras sobre a distribuição e seus processos de uma forma mais geral que, equivocadas ou não, carecem de maior qualificação para uma melhor compreensão sobre os seus movimentos de alterações recentes.

A notificação dada por Dedecca (2010b, p. 22) que a desigualdade é recorrente ao processo de desenvolvimento capitalista é requisito

desta discussão. Numa agenda de pesquisa tratando deste tema, o autor associa tal recorrência às características inerentes a este regime de produção relacionando-a a duas evidências consideradas por ele como mais marcante no tema: i) às características próprias associadas à distribuição primária do excedente (transformação recorrente das bases produtivas) e ii) aos instrumentos de distribuição secundária (resultante da intervenção e dos instrumentos de políticas públicas e de sua respectiva complexidade institucional).

Os aspectos da primeira evidência são consensualmente tratados no próprio desenvolvimento do pensamento econômico e das ciências sociais quando tratam do estudo das formas de elaboração da riqueza e dos pressupostos que imperam sobre a sua distribuição bem como dos arranjos político-sociais dela transcorridos. Nos meandros que fundamentam as principais idéias a respeito, estão a propriedade privada e a dinâmica do processo produtivo (DEDECCA, 2010, p. 2).

Grande parte destas idéias relaciona estes dois fundamentos à estabilidade capitalista. Inicialmente, avançando sobre a teoria do valor do pensamento clássico, Marx considera a desigualdade dentro dos marcos da elevação da produtividade do fator trabalho que promove alterações na distribuição do excedente pela exploração deste fator comandada pelos proprietários do capital. O resultado é uma sociedade cuja característica instintiva é a concentração de riquezas que condicionam as instabilidades do modo de produção capitalista. Para Harvey (2006, p. 52), assentindo a essa lógica, a busca de equalização das taxas de lucros levam à sua expansão e à concentração geográfica deste movimento.

Já na primeira metade do século XX, Keynes afirmava que o capitalismo, ainda que constituído como máquina de reposição de desigualdades, traz em seu processo mecanismos de estabilidade. Nestes recursos situa-se a intervenção governamental que, dentre outros, cria os condicionantes institucionais com participação efetiva nos processos de distribuição, seja de caráter primário ou secundário.

Alguns destes mecanismos possibilitaram a redução de assimetrias fundadas na distribuição primária do excedente, aquelas relacionadas à geração de riqueza e respectiva distribuição do excedente, já referida anteriormente. Estas estão presentes nas regulamentações do mercado de trabalho (DEDECCA, 2010d, p. 13). No mínimo, elas institucionalizaram a

maior participação dos trabalhadores ao aquiescer-lhes maiores condições de barganha nas negociações sobre a venda de sua força de trabalho².

Caracterizando o capitalismo também como um sistema instável decorrente das desigualdades, Schumpeter as associa ao movimento natural de evolução deste sistema. De acordo com o pensamento schumpeteriano, a instauração da estabilidade possivelmente ocorrerá no longo prazo como resultado de socialização dos ganhos provenientes da expansão da produtividade tendo a democracia como método institucional para tanto³. Isso significa que a elevação concentrada dos ganhos provenientes da introdução de inovações provoca o surgimento gradativo de mecanismos de distribuição tendo a concorrência como elemento mediador.

Todas estas interpretações e muitas outras também de caráter sólido em termos de elaboração, se pautam na noção de renda a partir do acesso a parcelas do produto social. Seu maior aprofundamento ocorre quando a discussão vem imbricada aos debates sobre os níveis de desenvolvimento alcançado por determinada sociedade culminando com concepções mais amplas de riqueza forjando tais níveis. Na maioria das vezes se limitam até este ponto, sem avançar sobre o impasse posto pelo capitalismo que é o da não superação dos problemas distributivos pelo processo de desenvolvimento.

Uma destas abordagens é a proposta por Amartya Sen (2000), que de uma forma ampla analisa os fins e os meios do desenvolvimento, qualificando-lhe a partir dos condicionantes que dão expansão das liberdades individuais, obliteradas em alguns contextos por fatores como a pobreza, fome, déficits habitacionais, o não atendimento de necessidades essenciais de forma mais geral. Ao formalizar tal idéia, o autor trabalha a categoria de desenvolvimento humano e apresenta metodologia de mensuração ultrapassando a noção de renda. Considera também indicadores de educação e longevidade como expressão mais ampla exigida pela adjetivação de desenvolvimento por ele tratada⁴.

Não obstante o avanço dado devido à introdução de variáveis de caráter mais qualitativo, esta visão ainda transcorre nos limites da visão

² O autor cita aqui o controle das condições de trabalho, os direitos de organização e de greve, o seguro desemprego e o sistema de aposentadorias.

³ Segundo Silva (2008, p. 164), na proposta de Schumpeter, a democracia como método se distingue da democracia como um fim. É um arranjo institucional para o alcance das decisões políticas concernentes à sociedade em geral.

⁴ Sua proposta dá fundamento à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que passa a ser usado a partir de 1990 pelas organizações internacionais na comparação/classificação das nações de acordo com o grau de desenvolvimento que expressa.

tradicional. Segundo seus pressupostos, é necessário que haja qualificação mínima para os indivíduos participarem da distribuição de renda (SEN, 1982, p. 46). Esta qualificação mínima é denominada pelo autor de *entitlement* (habilitação) e descreve a aptidão dada através de propriedades e qualificação. O crescimento econômico neste contexto amplia as oportunidades individuais de acordo com as condições pessoais e sociais.

Ainda que deixe a desejar em termos de elaboração mais avançada ou não, é consensual a geração de expectativas associadas à redução das desigualdades quando confrontadas com as circunstâncias aquiescidas pelo crescimento. Mesmo assim, já na fase em que o padrão de regulação estabelecido pela dinâmica econômica mundial do pós guerra sofre reversão, têm início uma série de trabalhos que indagam sobre a validade destas expectativas.

Uma destas reflexões está no questionamento feito por Nordhaus e Tobin (1973) sobre a relevância deste fenômeno para o processo mais equilibrado de desenvolvimento. Segundo o autor, o crescimento imprime distorções nas prioridades da produção, puxadas por distorções no consumo pela difusão da lógica individual, resultantes da matriz institucional predominante. Para sua sustentação os debates em torno das questões de classe deixam de ser sociológicos e passam a ser cada vez mais de estratos de renda e dos acessos que eles permitem.

Nesta lógica individual que pauta as formas de consumo, deseconomias são geradas contrariando o padrão que predominou durante o crescimento do pós II Guerra, regulado pela expansão das economias de escala ou massificação dos padrões de consumo. A longa fase de crescimento com redução das desigualdades que marcaram as duas décadas denominadas de “anos gloriosos” ocorre portanto nestes marcos.

As relações entre crescimento e distribuição também são conhecidas na obra de Simon Kuznets (1973) quando afirma que a tendência do crescimento é ampliar a desigualdade. Para sua superação o autor aponta que não se pode prescindir de arranjos institucionais que descrevem um padrão de regulação para além da ação governamental. É nesta constituição que a leitura sobre o processo de desigualdades como inerentes ao capitalismo passa a ter mais consistência ao requerer instrumental que extrapole a concepção de desigualdade fundada na noção de rendimentos. Para Kuznets (1973) esse conjunto de idéias teria sentido se todo o produto da sociedade capitalista se reproduzisse na forma de rendimentos. No en-

tanto, a sua reprodução se dá em outros modos de expressão como recursos naturais, educação, condições de vida, ativos não monetários e, mesmo que considerando a geração de excedente, existem formas não mensuradas no produto como é o caso do trabalho informal.

Estas outras formas de expressão do produto capitalista também são submetidas à lógica de apropriação desigual e, neste sentido, a questão da desigualdade se complexifica exigindo tratamento mais amplo no intuito de defini-la com maior delimitação e absorvendo seus movimentos.

Assim, para além da abordagem pautada na renda, é construída uma matriz analítica que busca fazer essa ampliação tratando as desigualdades sob duas dimensões: a econômica e a social. A primeira delas parte da análise de renda dando-lhe conotação maior pela sua especificação nos elementos que a constituem como noções de fluxo, dada pela renda corrente, e a de estoque, proporcionada pelo patrimônio.

A renda corrente usualmente possibilita a apreensão de transformações na distribuição pois é constituída dos rendimentos do trabalho e na contemporaneidade apresenta muitas dificuldades de captação pura dos fenômenos de assimetria dadas as condições mais complexas vindas com as alterações nos mercados de trabalho. A ela são adicionados a previdência social, as transferências líquidas e os benefícios provenientes das políticas sociais de caráter não necessariamente monetário.

É neste ponto que a incoerência das abordagens tradicionais se evidencia na idéia de que se as interpretações sobre desigualdades se limitam a este parâmetro, então os seus problemas podem ser solucionados com programas de transferência de renda, que podem se dar pela articulação de políticas sociais objetivando tal fim (DEDECCA, 2011). Ademais, a renda corrente é definida como aquela que financia o padrão de consumo cotidiano da população e sua base maior é o trabalho.

No campo do patrimônio, o caráter de estoque dado pela noção de propriedade é um dos mecanismos que mais convergem para a desigualdade já que instrumentaliza a proteção às classes mais altas com pistas à sua potencialização. Isto se dá pela capacidade de conversão do estoque de renda em fluxo que pode ser utilizada como poder de compra ou mesmo se direcionar a mercados financeiros para valorização.

A segunda dimensão, as desigualdades sociais, considera elementos que não se expressam nos mercados e concernem a questões sociais que

durante muito tempo estiveram ligadas somente como atendimento às demandas do mundo do trabalho como é o caso da seguridade na velhice. Sua expansão com a inserção de aspectos associados à educação, cultura, saúde, meio ambiente, condições de moradia, segurança alimentar, dentre outros ocorre no quadro de mudança estrutural do padrão de regulação já referido anteriormente. Vale destacar que não é nesse momento que elas passam a existir mas tornam-se mais evidentes por serem autonomizadas pela desigualdade de renda.

Os instrumentos de distribuição secundária apontados por De-decca (2010, 2010b, 2010c) se ampliam como consequência deste processo requerendo a mobilização de recursos cada vez maiores bem como uma articulação institucional para o seu deferimento. Tal articulação conforme atesta Rawls (2002) confere às instituições papel relevante no novo quadro de regulação que se define como misto pela participação de instituições públicas, privadas ou não, dando corpo aos processos decisórios racionalizados e conduzindo os procedimentos para alcance da justiça social como forma de equidade⁵.

Esse é o novo modelo de regulação instaurado a partir dos anos 1970 cuja orientação pode ser sintetizada na percepção de oportunidades neste quadro de busca pela equidade. A focalização é um dos seus produtos e em alguns contextos daí decorrentes a discussão sobre desigualdades não terá distinção aos debates sobre pobreza.

Neste pensamento que reforça o indivíduo, a concorrência favorece a equidade e os dispositivos de regulamentação em geral, e principalmente do mercado de trabalho, são desfeitos. Dentre outros elementos que lhe dão funcionalidade estão: a minimização da proteção social cujos benefícios são dados a partir da concorrência entre os indivíduos; a influência da teoria do capital humano com a educação equalizando as oportunidades; a formação de capital social também com recorrência dos processos de concorrência.

As assimetrias sociais passam a demandar tratamento cada vez mais intrincado, de caráter multidimensional, que deve procurar absorver estes movimentos e superar o predomínio das análises que observam e redução das desigualdades somente pela dimensão da renda corrente, proveniente da produtividade do trabalho.

⁵ A concepção de equidade no pensamento de Rawls (2002, p. 280) é com base na participação do processo decisório no sistema jurídico e, portanto, não está pautada no quadro permitido pelas condições materiais.

No caso brasileiro estas demandas por uma abordagem mais ampla se tornam mais complexas quando confrontadas ao quadro estrutural que historicamente vai se formando e dá contornos à distribuição do excedente. No seu decurso é cada vez mais nítido que a sociedade aqui instaurada é marcada por disparidades sociais e também com diferenciações entre os espaços regionais. A próxima sessão apresenta notas que descrevem este processo para a Região Nordeste, cuja conjuntura é considerada de contrastes que aguçam as abordagens sobre desigualdades aqui tratadas.

QUADRO ESTRUTURAL DO NORDESTE: EXTENSÃO DAS CONTRADITORIEDADES NAS CATEGORIAS DESTA VISÃO EM ÂMBITO REGIONAL

O Nordeste brasileiro é considerado como uma das regiões de maiores contrastes no conjunto das economias do país e no tocante às desigualdades de renda, ainda é a que apresenta níveis mais elevados (BARRETO, *eti alli*, 2008, p. 7). Além de apresentar indicadores econômicos e sociais aviltantes, o desconforto está no fato de que a ação governamental para promoção do seu desenvolvimento gerou dinamismo sem atenuar os problemas sociais da região.

A superficialidade quanto aos instrumentos de intervenção governamental utilizados até os anos 1950, de caráter assistencialista no combate aos problemas ocasionados pelas características geo-morfo-climáticas, reforçaram historicamente estruturas de dominação e desigualdade no acesso aos ativos. Segundo Furtado (1989), a imobilidade social decorrente foi funcional ao papel que a região assume no desenvolvimento quando do avanço no processo de integração da economia nacional e constituição de seu mercado interno. A imagem de região com elevado excedente de mão-de-obra será recorrente nas várias leituras que tratam da questão regional (CANO, 2007; ARAÚJO, 1999; GUIMARÃES NETO, 1989).

No final da década de 1950, pela aplicação da intervenção planejada segundo prognóstico cepalino, o processo de integração regional ocorre pela ótica produtiva com políticas induzindo o desenvolvimento industrial sendo conduzidas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Conforme a tabela 1, deste período até meados dos anos

1980, com planos, programas e fundos de financiamento especificamente regionais ou ainda contemplada na lógica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento do período militar, a região apresentou taxas de crescimento econômico superiores à média nacional.

Entretanto, permaneceram os estrangulamentos estruturais que sempre caracterizaram o problema das diferenciações regionais no Brasil com ênfase para a questão nordestina agora justaposta às particularidades regionais específicas de outros espaços como é o caso do Centro-Oeste e da Região Norte.

Tabela 1 - Taxa Média de Crescimento Anual do PIB (%) – Brasil, Nordeste e Ceará

	PERÍODOS			
	1970-80	1980-90	1990-98	1970-98
Brasil	8.6	1.6	2.7	4.4
Nordeste	8.7	3.3	3.0	5.1

Fonte: Elaboração própria, SUDENE/Agregados Regionais, Anos selecionados

A sua exploração contemporânea ocorre dentro da concepção localista também de focalização. Segundo Brandão (2007) o resultado maior é a guerra dos lugares, pela indução da concorrência de localidades e espaços que ficaram preteridos dos benefícios daquele crescimento⁶. São visões que deturpam a visão de desigualdade negligenciando que as limitações à difusão dos efeitos positivos do crescimento que ocorreu estão na permanência do quadro estrutural de heterogeneidade, sob o qual passa a atuar o padrão de regulação abordado na sessão anterior. O ponto culminante de contigüidade no processo de transformação da realidade assimétrica, que embora atenuada nunca é rompida nem em termos espaciais nem em níveis sociais, será visto na sessão seguinte ao se considerarem alguns dados sobre a desigualdade no Nordeste.

ALGUMAS EVIDÊNCIAS.

A tentativa de apreender as questões associadas à desigualdade na realidade nordestina segue aqui uma metodologia descritiva tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

⁶ Tem-se aqui uma extensão das focalizações estimulando individualismo que permite o alcance das equidades e vencendo portanto as assimetrias.

referente aos anos de 2001 a 2009. As variáveis utilizadas são concernentes a informações disponíveis sobre questões qualitativas dos domicílios, quando possível, associando-as aos níveis de renda dos indivíduos. Para algumas destas variáveis, dando maior praticidade e clareza na exposição das informações estatísticas, optou-se por selecionar alguns anos do período sem prejuízo na compreensão visto que as alterações que ocorrem são também percebidas quando observadas com hiatos temporais maiores que o anual.

É nesta perspectiva que, partindo da análise consensual fundada nos rendimentos, a tabela 2 apresenta o rendimento médio mensal da população captada pela PNAD como contida nas condições de geração de algum rendimento. Os dados expostos são por estado.

Conforme é nítido para todos os estados, o número de pessoas decresce à medida que os níveis de rendimento se elevam, dando indicativos concretos de desigualdade, embora esta venha apresentando redução nas formas de análises mais generalistas. Conforme atestado por Barros et al (2008) com base em pesquisa realizada pelo IPEA (2006), os níveis intermediários de renda tiveram expansão nos estados da região Nordeste. Este fenômeno pode ser contemporizado àquelas questões estruturais já consideradas, na tendência proporcionada pela conjuntura da economia brasileira mais geral que é o da expansão de classes adjetivadas por Neri (2008) como “a nova classe média brasileira”. Esta idéia reproduz em sua extensão os valores dúbios da perspectiva de redução de desigualdade pautada na renda tendo em vista que se funda nas formas de inclusão no consumo imperadas pela ampliação dos rendimentos dos indivíduos.

Tabela 2 – Estados da Região Nordeste: População com 10 anos ou mais de idade por nível de rendimento médio mensal (2001, 2005 e 2009).

		MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Até 1/2 SM	2001	440	309	834	199	286	529	198	122	967
	2005	877	543	1232	336	466	952	307	210	1594
	2009	877	564	1245	404	457	1070	427	236	1952
1/2 a 1 SM	2001	854	434	1296	487	665	931	458	221	2307
	2005	1025	524	1506	557	739	1560	588	390	2809
	2009	1155	584	1723	618	818	1707	626	401	2926
1 a 2 SM	2001	609	329	864	366	366	1277	322	266	1457
	2005	674	305	996	400	440	1034	291	238	1667
	2009	799	421	1161	492	463	1149	346	271	1995

	2001	171	107	255	115	104	317	86	72	477
2 a 3 SM	2005	155	87	201	98	110	247	66	75	446
	2009	179	114	261	121	104	310	73	75	483
	2001	132	76	198	87	76	248	69	67	376
3 a 5 SM	2005	93	76	176	86	93	225	51	63	364
	2009	154	76	213	90	92	235	69	73	419
	2001	93	40	131	62	65	180	47	38	239
5 a 10 SM	2005	55	36	132	65	63	148	48	41	237
	2009	81	51	141	53	71	118	46	45	254
	2001	37	21	67	30	30	85	20	20	113
10 a 20 SM	2005	19	20	45	28	31	65	14	19	90
	2009	38	20	48	34	28	54	24	19	105
	2001	16	8	30	14	14	37	11	5	47
Mais de 20 SM	2005	7	8	19	15	12	21	5	4	25
	2009	9	8	18	11	14	20	4	7	32
	2001	2082	973	2294	937	1211	2801	1048	618	4548
S/ rend.	2005	1903	877	2261	885	1051	2609	1041	566	4152
	2009	1875	829	2301	866	1123	2563	1019	565	4015
	2001	1	13	36	5	3	52	-	12	128
S/ declar.	2005	7	4	48	1	10	50	6	5	52
	2009	21	14	32	1	5	95	11	5	107

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

A desigualdade pode ser observada ainda intra-regionalmente: em alguns aspectos assumiu proporções maiores a partir dos efeitos das políticas de desenvolvimento governamental promovidas com maior nitidez até os anos 1980. A predominância de uma dinâmica econômica que permite maior renda nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará é visível pela sua ampliação dos estratos superiores e contraponto aos casos de Maranhão, Piauí e Alagoas⁷.

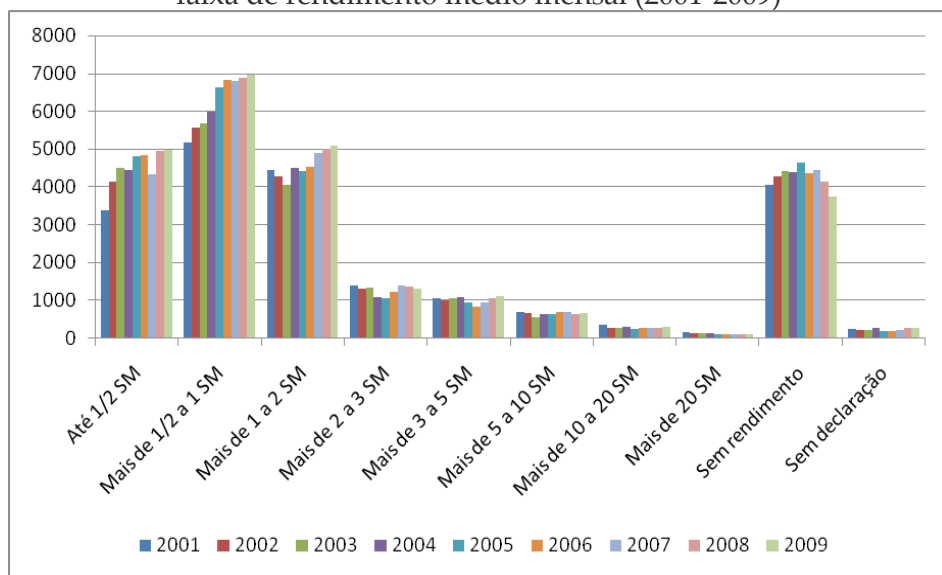
Outro aspecto que pode ser extraído das informações da tabela é que a participação das pessoas com rendimento inferior a um salário mínimo tem se elevado, chegando a duplicar-se em alguns casos justamente o destas

⁷ É consensual nos estudos sobre a economia regional nordestina que a promoção do desenvolvimento via ação do governo federal através da SUDENE privilegiou as três maiores economias da região que são Bahia, Pernambuco e Ceará.

economias mais dinâmicas acima referidas. Esta evidência dá validade ao argumento feito na primeira parte deste trabalho que a visão de desigualdade deve ser orientada por uma perspectiva que indague constantemente sobre a capacidade do crescimento de gerar distribuição.

Mesmo considerando que esta é a região onde os programas de transferência do Governo Federal, ampliadas nos últimos anos, têm mais impactos no tocante aos rendimentos, de forma mais geral é predominante a participação dos rendimentos do trabalho. Assim, o gráfico a seguir expõe a evolução do número de pessoas ocupadas por respectivos níveis de rendimento demonstrando mais de perto que para o conjunto da região, a lógica de redução das desigualdades com base na renda do trabalho precisa ser mais bem observada. Conforme o gráfico, ainda que haja uma queda nas ocupações sem rendimento, crescem as ocupações com rendimento inferior a dois salários mínimos, com grande destaque para a faixa situada entre meio e um salário.

Gráfico 1 – Nordeste: Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por faixa de rendimento médio mensal (2001-2009)



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

As características do mercado de trabalho nordestino bem como da sua estrutura produtiva com predominância de setores intensivos em

mão-de-obra com menor nível de qualificação (têxtil, vestuário, calçados), quando comparada com outras estruturas, podem ajudar nesta explicação

Ainda sobre a aquisição de renda, os dados sobre rendimentos relacionados aos programas de transferências de renda do Governo Federal tiveram a exposição aqui restrita às informações disponíveis, que se limitam ao período de 2004 a 2008, conforme apresentado a seguir. Mesmo assim é nítida a intensificação de tal política no combate às formas de desigualdades exposto pelo expressivo aumento de benefícios reforçando os fundamentos que se restringem à visão de desigualdade associada à noção de renda monetária. Os elementos associados à questão regional deste benefício também é apresentado no fato de que o Nordeste participa em todos os anos com metade do número de benefícios do Brasil.

Tabela 3 – Estados do Nordeste, Região e Brasil: Programa Bolsa Família 2004-2009 (Número de Benefícios em Dezembro).

Estados/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	214.726	253.745	339.921	351.402	347.585	395.459
Bahia	838.963	1.067.291	1.391.245	1.411.662	1.372.763	1.581.639
Ceará	572.730	742.454	882.220	891.418	870.153	947.720
Maranhão	380.742	532.126	706.878	737.539	729.610	846.345
Paraíba	273.135	337.001	406.904	416.863	410.707	444.729
Pernambuco	518.956	633.500	860.546	905.919	881.591	1.035.989
Piauí	217.931	284.297	366.906	368.612	360.622	413.867
Rio Grande do Norte	190.116	240.828	298.643	302.720	292.522	321.710
Sergipe	113.147	154.332	189.304	187.470	179.875	220.175
Nordeste	3.320.446	4.245.574	5.442.567	5.573.605	5.445.428	6.207.633
BRASIL	6.571.839	8.7004.45	10.965.810	11.043.076	10.557.996	12.370.915

Fonte: Elaboração própria com base em Ipeadata.

Entre outras formas de rendimentos, são expostos a seguir evolução de aposentados e pensionistas que indicam o crescimento da população compreendida por este tipo de renda com uma expansão de quase 20%. Vale lembrar que, de acordo com as descrições de variáveis dadas pela PNAD, esta população pode ou não compreender a População Economicamente Ativa.

Tabela 4 - Nordeste: Pessoas com 10 anos ou mais aposentadas e/ou pensionistas (2001-2009).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Somente aposentadas	3956	4005	4180	3945	3878	3962	4125	4319	4456
Somente pensionistas	820	889	906	915	998	958	1113	1034	1065
Aposentadas e pensionistas	218	258	312	334	378	382	407	471	469
Total	4995	5152	5397	5194	5254	5301	5645	5824	5991

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Embora o objetivo do presente texto não trate do mercado de trabalho em sí, a questão da desigualdade com base nos rendimentos tem íntima relação com suas condições. Neste sentido é importante a lembrança sobre a diversificação nos mercados de trabalho, que também afeta esta região com o crescimento de ocupações adicionais à atividade principal, dando maiores rendas além de condições de ampliar a contribuição previdenciária. Um dos modos de perceber estas formas é observar esta contribuição segundo tipo de ocupação. A tabela 5 mostra tal informação para a região por estado.

Tabela 5 – Estados do Nordeste: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição previdenciária para instituto (2001, 2005, 2009).

			2001	2005	2009
MA	Trab. Princ.	contrib.	478	565	839
		não contrib.	2117	2318	1903
	Qualquer trab.	contrib.	483	569	849
		não contrib.	2112	2313	1893
PI	Trab. Princ.	contrib.	252	287	410
		não contrib.	1053	1286	1240
	Qualquer trab.	contrib.	255	293	416
		não contrib.	1050	1280	1234
CE	Trab. Princ.	contrib.	840	1025	1370
		não contrib.	2526	2771	2739
	Qualquer trab.	contrib.	850	1033	1379
		não contrib.	2516	2763	2730
RN	Trab. Princ.	contrib.	418	462	609
		não contrib.	739	809	865
	Qualquer trab.	contrib.	422	467	616
		não contrib.	735	804	857

PB	Trab. Princ.	contrib.	439	509	614
		não contrib.	934	1141	932
	Qualquer trab.	contrib.	447	517	617
		não contrib.	926	1133	929
PE	Trab. Princ.	contrib.	1078	1204	1472
		não contrib.	2290	2454	2118
	Qualquer trab.	contrib.	1082	1212	1478
		não contrib.	2285	2446	2112
AL	Trab. Princ.	contrib.	333	382	493
		não contrib.	828	849	765
	Qualquer trab.	contrib.	334	386	496
		não contrib.	827	845	762
SE	Trab. Princ.	contrib.	276	328	384
		não contrib.	470	564	537
	Qualquer trab.	contrib.	277	330	387
		não contrib.	469	562	534
BA	Trab. Princ.	contrib.	1610	1920	2529
		não contrib.	4138	4625	4548
	Qualquer trab.	contrib.	1618	1936	2546
		não contrib.	4130	4609	4531

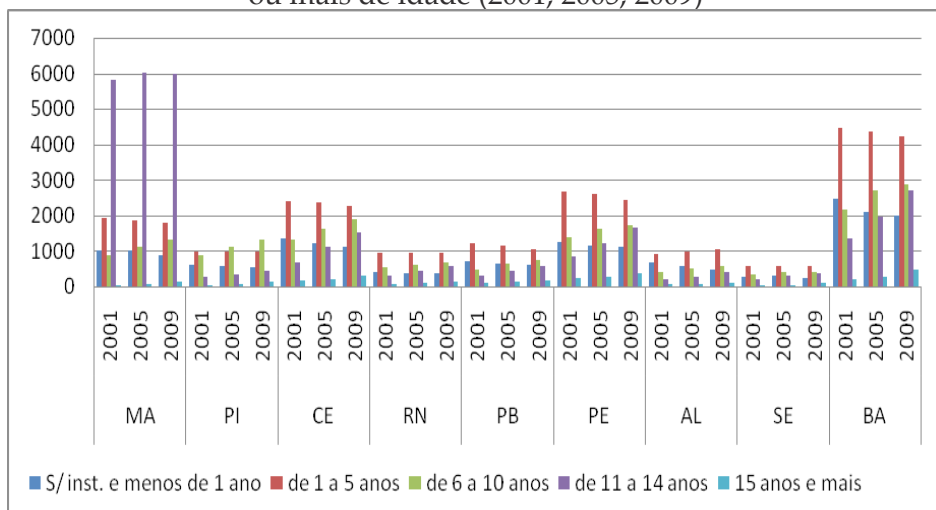
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Em todas as realidades estaduais predominam as pessoas que não contribuem para institutos de previdência apesar de vir sofrendo redução, com o passar dos anos. Se há aquisição de renda que não formaliza a pagamento previdenciário, este rendimento pode estar relacionados à atividades informais ou outras formas como é o caso dos programas de transferência. Além dos impactos sob a questão do orçamento público, tal processo é importante para os marcos da continuidade da redução de desigualdades simplesmente pautadas na análise de renda. Ainda que expresse uma das dimensões da questão, o componente demográfico aponta para a ampliação da população beneficiada pela previdência com o possível envelhecimento da população, tendo impactos sobre a questão.

Para além dos aspectos revelados pela renda, a proposição de se estudar as desigualdades com uma fundamentação mais ampla que permita a apreensão do seu movimento recente de redução requer que se incorporem elementos também de caráter qualitativo que possam ser confrontados com a participação dos rendimentos ou que, em outro nível, apresente evolução que no mínimo favoreça a redução de outras formas de desigualdade.

Não obstante seguir um pouco a análise tradicional pelo fato de reproduzir indiretamente a perspectiva de renda pelas formas de acesso e habilitação, a evolução das variáveis educacionais ajudam um pouco a dar início a esta reflexão⁸. O gráfico 2 ajuda ao apresentar por estado, a evolução do número de anos de estudo na região.

Gráfico 2- Estados do Nordeste: Anos de estudo de pessoas de 10 anos ou mais de idade (2001, 2005, 2009)



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Inúmeras questões podem ser levantadas do referido gráfico e defrontadas com elementos já tratados nesta sessão sobre os processos de desigualdade. A começar pela recorrente semelhança entre estados de economia mais dinâmica (Bahia, Pernambuco e Ceará) e aqueles mais pobres (os demais exceto o Maranhão).

Outros pontos de suma importância estão na redução que ocorre em todos os estados para pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo. Esta é uma das conquistas de políticas preconizadas por exigência de organismos internacionais (ONU, UNESCO, Banco Mundial) difundindo a concepção de combate à pobreza pela erradicação do analfabetismo. É também no contexto dessas recomendações que se amplia a população

⁸ Isto porque a educação, fundamento maior da teoria do capital humano, sistematiza sobre outro ângulo com característica qualitativa de reprodução da acumulação desigual.

com escolaridade de onze a quatorze anos, resultado de políticas de promoção do ensino público praticadas, desde a garantia deste direito social dado pela Constituição de 1988. Para a maioria dos mercados de trabalhos intensivos em mão-de-obra, este é o nível mínimo de qualificação exigida coincidindo com o predomínio daqueles níveis de rendimento para a região, antes analisados.

Para além da relação com a inserção no mercado de trabalho, a educação está relacionada com o processo de redução de desigualdades numa abordagem mais ampla por possibilitar avanços no reconhecimento da relevância de aspectos diretamente ligados à qualidade de vida além dos direitos e organização política para seu alcance.

Sem desconsiderar o efeito da ação do poder público, as concomitantes melhorias nas condições habitacionais da população nordestina são evidentes e podem também estar associadas às melhorias educacionais, ainda que estas sejam limitadas. É neste sentido que as condições de moradia são abordadas aqui em duas maneiras que convergem aos intentos do objetivo deste trabalho: além de fazer a exposição da evolução de alguns indicadores de condições de vida a partir das condições de moradia dos indivíduos, são apresentadas, nos anexos, algumas tabelas que explicam tais indicadores por níveis de rendimento.

Pelas informações contidas na tabela 5 a seguir é possível evidenciar algumas destas melhorias pela ampliação do número de domicílios nordestinos que possuíam rede de esgotamento sanitário sendo um parâmetro mínimo de melhoria nas condições de vida da população. A ampliação da rede coletora, no entanto não supera o número de domicílios com fossa caracterizada como rudimentar.

Tabela 6 – Nordeste: Esgotamento sanitário segundo domicílios particulares permanentes (mil unidades) (2001, 2005, 2009)

	2001	2005	2009
Tinham	9550	11449	13831
rede coletora	2690	3658	4718
fossa séptica	2560	2632	-
fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	454
fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	2852
fossa rudimentar	-	-	5165

outro	4299	5159	643
sem declaração	1	-	-
Não tinham	2660	2078	1500

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Quando estes dados são relacionados ao nível de rendimento domiciliar, conforme observado na tabela 1A dos anexos, as contraditoriedades que estão na penumbra desta melhoria evidenciando a sua associação com o processo de desigualdade, começam a surgir: os níveis de rendimentos inferiores são os que mais apresentam domicílios sem fossa coletora ou ainda com característica rudimentar. Ainda é perceptível como as redes coletoras atendem mais proporcionalmente aos domicílios com rendimentos superiores a dez salários mínimos.

O mesmo processo de diferenciação do acesso por extrato de renda é observado quanto ao destino do lixo e ao abastecimento de água embora no caso deste, a expansão se dera de forma mais intensa em todos os níveis de renda, por ocasião de inúmeros programas de abastecimento implementados há algum tempo pelos governos federais. (Tabelas 2A). A tabela 6, sem especificar por nível de renda como faz os anexos, traz além do abastecimento de água, a existência de banheiro por domicílio.

Tabela 7 – Nordeste: Acesso a abastecimento de água e existência de banheiro (mil unidades) (2001, 2005, 2009).

BANHEIRO	2001	2005	2009
Total	12210	13528	15331
Tinham	9550	11449	13831
de uso exclusivo	9395	11306	13711
comum a mais de um	153	143	120
sem declaração	2	-	-
Não tinham	2660	2078	1500
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2001	2005	2009
Total	12210	13528	15331
Com canalização interna	8185	10006	12699
com rede geral	7575	9155	11437
com outra forma	610	851	1263
sem declaração	-	-	-
Sem canalização interna	4025	3522	2631

com rede geral	882	841	519
com outra forma	3141	2681	2112
sem declaração	2	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

O tratamento do problema da desigualdade sob o contexto de combate à pobreza carrega iminências com as visões que difundem tão somente abordagem de renda. Ainda que reconhecendo este risco, Furtado (2002) levanta uma série de vulnerabilidades associadas à desigualdade e à pobreza destacando, dentre outras, a deficiência habitacional e mesmo as condições estruturais das residências da população.

Embora dados relacionando o nível de renda às características sobre qualidade de infra-estrutura do domicílio não foram aqui tratadas, estas características evoluíram positivamente na Região Nordeste conforme é possível visualizar na tabela 7. A ampliação do número de domicílios próprios pode ser um indicativo neste sentido. Para além da noção de propriedade, converge também para isto a melhor qualidade na construção e material utilizados em paredes e cobertura, também expressos na tabela.

Assim percebe-se que as visões sobre indicadores que revelam os graus de desenvolvimento de uma sociedade, como é o caso dos níveis de desigualdades da sociedade capitalista, precisam ser mais amplificadas no sentido de apreensão de aspectos que podem reproduzir as assimetrias em outros contextos para além da idéia de rendimentos, embora imbuídas nesta.

Tabela 8 – Nordeste: Característica da infra-estrutura por condição dos domicílios (Paredes e cobertura) (2001-2009).

PAREDES		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Próprio	Total	9483	9607	9924	10165	10282	10702	11130	11540	11679
	Durável	8670	8892	9266	9503	9679	10085	10541	10983	11163
	Não Durável	813	714	658	663	603	617	589	557	516
Alugado	Sem declaração Total	-	-	0	-	-	-	-	-	-
	Durável	1303	1443	1518	1627	1774	1830	1959	2059	2197
	Não Durável	1284	1420	1501	1605	1762	1807	1937	2042	2182
Cedido	Sem declaração Total	19	23	17	21	11	23	22	18	15
	Durável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não Durável	1349	1336	1395	1399	1394	1373	1274	1317	1382
	Durável	1183	1204	1255	1276	1265	1232	1172	1227	1288

	Não Durável Sem declaração	166	132	140	123	129	141	103	91	94
Outra condição	Total	75	54	71	54	78	60	65	77	73
	Durável	60	47	54	43	64	56	54	72	62
	Não Durável Sem declaração	16	7	17	11	13	4	11	5	11
COBERTURA		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Próprio	Total	9483	9607	9924	10165	10282	10702	11130	11540	11679
	Durável	9198	9337	9677	9946	10063	10492	10950	11361	11528
	Não Durável Sem declaração	284	270	247	219	220	209	180	179	151
Alugado	Total	1303	1443	1518	1627	1774	1830	1959	2059	2197
	Durável	1298	1439	1515	1624	1769	1827	1953	2052	2192
	Não Durável Sem declaração	5	4	3	3	5	3	6	8	5
Cedido	Total	1349	1336	1395	1399	1394	1373	1274	1317	1382
	Durável	1301	1299	1355	1362	1358	1324	1237	1293	1354
	Não Durável Sem declaração	48	37	40	37	36	49	37	25	28
Outra condição	Total	75	54	71	54	78	60	65	77	73
	Durável	67	51	65	47	73	60	60	73	66
	Não Durável Sem declaração	9	3	6	7	4	-	5	4	7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Agregar nesta pauta itens que permitam tal ampliação dando uma visão multidimensional ao tratamento é um desafio não somente devido às ações exigidas em termos de exercício intelectual mas também pela envergadura das posições mais tradicionais que continuam negligenciando elementos como condições de moradia, formas de inclusão social, acesso a condições de vida mínimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como eixo condutor apresentar notas propondo uma reflexão da desigualdade para além da visão convencional pautada na questão da renda aproximando-se de leituras que permitem uma am-

pliação na captação do processo de assimetrias a caminho de uma visão com caráter mais multidimensional.

Para além dos instrumentos primários de distribuição de excedente como o rendimento do trabalho, que por si só são concentradores, observou-se que algumas variáveis concernentes a outros aspectos do mercado de trabalho, às condições de vida e de moradia dentre outros reproduzem a desigualdade, principalmente na Região Nordeste que além de tudo, apresenta desigualdades intra-regionais que são instrumentos reanimadores das demais desigualdades.

A principal nota conclusiva, embora com fundações limitadas no quadro empírico disponível, aponta para a pouca profundidade sobre o fenómeno das visões predominantes exigindo um melhor tratamento que abrange inclusive o próprio redimensionamento no levantamento de informações sobre o tema. A redução da desigualdade com base nos aspectos do rendimento é inegável e têm seus rebatimentos em outros campos mas que precisam ser esclarecidos dentro dos marcos determinados pelo padrão de regulação que passa a imperar com a derrocada do modelo baseado no *Welfare State*.

Até mesmo o seu reconhecimento é limitado face às restrições dos relatórios fornecimentos por bancos de dados oficiais em torno dos efeitos dos programas de transferência de renda, principal vedete no combate à desigualdades na Região Nordeste. Apesar de serem elencadas outras fontes que contribuem para tanto, entre elas a estabilidade macroeconômica que imprime uma situação favorável à elevação do poder de compra dos rendimentos que tem parâmetros no salário mínimo, a própria elevação do salário mínimo que ocorreu no decênio, o retorno da intervenção pública com destaque para o ressurgimento de sua capacidade de investimentos, são todos aspectos que exploram a redução de assimetrias econômicas e sociais que não ultrapassam a exploração das variáveis associadas diretamente à renda.

O conjunto derivado das considerações acima reforça cotidianamente esta visão e reifica a posição rawlsiana que, embora comprada em defesa da equidade a favor dos menos favorecidos pelos instrumentos de distribuição direta, traz nos subterfúgios do argumento a competitividade entre os indivíduos pela respectiva dotação de oportunidades, onde a regulação deve ser focada pelo poder público – governamental ou não – em pontos de estrangulamento ao funcionamento desta lógica.

A redução das desigualdades de um ponto de vista mais amplo fica portanto obliterada no Brasil e no Nordeste, onde além dos elementos estruturais de heranças históricas que as intensifica, atua não apenas a operacionalidade deste marco de regulação mas fundamentalmente o próprio desconhecimento delas em sua forma mais vasta, plural e, multidimensional

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.30, n.2, abr/jun. 1999.

BARRETO, F. A. et al. **Determinantes da desigualdade de renda em áreas rurais do Nordeste**. Ensaio sobre pobreza, No. 18. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza, CAEN-UFC, 2008. Disponível em <http://www.caen.ufc.br/~lep/Ensaio/esp18.pdf> Acessado em 28/junho/2011.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas/SP: Unicamp, IE, 2007

DEDECCA, C. S. **Notas de aula**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Economia. 16/maio/2011.

DEDECCA, C. S. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Texto de Discussão, No. 174. Campinas, SP: IE/UNICAMP, abr/2010.

_____ (b). **Desenvolvimento capitalista e recorrência da desigualdade** Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2010 (mimeo)

_____ (c). **As desigualdades enquanto processo, perspectiva metodológica multidimensional**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2010 (mimeo).

_____ (d). **A desigualdade na sociedade brasileira**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2010 (mimeo)

FURTADO, C. M. **Em busca do novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES NETO, J. L. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª. Ed.. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**, Anos selecionados.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Sobre a queda recente das desigualdades no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2006 (Nota Técnica).

_____. Base de Dados IPEADATA.

NERI, M. C (org.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRES, 2008.

NORDHAUS, W. D. e TOBIN, J. **Is growth obsolescent?** In: MOSS, M. The measurement of economic and social performance. New York: National Bureau of economic research/Columbia University Press, 1973.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímolli Esteves. 2ª Ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. New York: Oxford University Press, 1982.

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, Agregados Regionais

SILVA, P. G. de S. **Teorias da democracia: contribuições de Sartori, Dahl e Schumpeter**. Revista Urutágua, No. 15, abr-jul/2008. Maringá, PR: UEM. (Revista Acadêmica Multidisciplinar). Disponível em http://www.urutagua.uem.br/015/15silva_pedro.pdf , Acessado em 22/junho/2011.

ANEXOS

Tabela 1A - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e esgotamento sanitário (mil unidades) (2001, 2005, 2009)

		2001	2005	2009
Até 1 SM	Total	2833	3422	3771
	Tinham	1733	2428	3061
	rede coletora	320	545	727
	fossa séptica	353	453	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	60
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	602
	fossa rudimentar	-	-	1453
	outro	1059	1430	217
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	1100	994	711
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 1 a 2 SM	Total	3354	3992	4566
	Tinham	2484	3335	4088
	rede coletora	541	847	1202
	fossa séptica	592	725	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	106
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	848
	fossa rudimentar	-	-	1710
	outro	1350	1764	222
	sem declaração	1	-	-
	Não tinham	870	657	477
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 2 a 3 SM	Total	1993	2299	2643
	Tinham	1641	2046	2461
	rede coletora	414	615	826
	fossa séptica	442	503	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	78

	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	527
	fossa rudimentar	-	-	920
	outro	785	928	110
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	352	254	182
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 3 a 5 SM	Total	1694	1756	2028
	Tinham	1547	1657	1967
	rede coletora	488	631	798
	fossa séptica	469	430	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	82
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	430
	fossa rudimentar	-	-	605
	outro	590	595	52
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	146	100	62
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 5 a 10 SM	Total	1121	1096	1200
	Tinham	1075	1084	1190
	rede coletora	424	519	592
	fossa séptica	370	319	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	58
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	260
	fossa rudimentar	-	-	262
	outro	281	245	19
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	47	12	10
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 10 a 20 SM	Total	497	436	460
	Tinham	489	436	460
	rede coletora	252	264	274
	fossa séptica	168	111	-

	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	37
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	84
	fossa rudimentar	-	-	64
	outro	70	62	1
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	8	-	-
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 20 SM	Total	265	213	207
	Tinham	261	213	206
	rede coletora	155	148	144
	fossa séptica	86	49	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	20
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	30
	fossa rudimentar	-	-	11
	outro	20	16	-
	sem declaração	0	-	-
	Não tinham	3	-	1
	Sem declaração	-	-	-
Sem rendimento	Total	231	148	217
	Tinham	168	113	179
	rede coletora	43	39	69
	fossa séptica	47	19	-
	fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	5
	fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	29
	fossa rudimentar	-	-	65
	outro	78	55	12
	sem declaração	-	-	-
	Não tinham	62	36	37
	Sem declaração	-	-	-
Sem declaração	Total	223	165	239
	Tinham	152	139	219
	rede coletora	53	50	86
	fossa séptica	33	24	-

fossa séptica ligada à rede coletora	-	-	9
fossa séptica não ligada à rede coletora	-	-	40
fossa rudimentar	-	-	75
outro	66	65	9
sem declaração	-	-	-
Não tinham	71	26	20
Sem declaração	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Tabela 2A - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e destino do lixo (mil unidades) (2001, 2005, 2009)

		2001	2005	2009
Até 1 SM	Total	2833	3422	3771
	Coletado diretamente	1115	1617	1993
	Coletado indiretamente	254	366	372
	Outro destino	1464	1440	1407
	Sem declaração	0	-	-
Mais de 1 a 2 SM	Total	3354	3992	4566
	Coletado diretamente	1678	2264	2868
	Coletado indiretamente	337	430	509
	Outro destino	1339	1298	1188
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 2 a 3 SM	Total	1993	2299	2643
	Coletado diretamente	1150	1469	1816
	Coletado indiretamente	198	255	261
	Outro destino	646	575	566
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 3 a 5 SM	Total	1694	1756	2028
	Coletado diretamente	1166	1286	1532
	Coletado indiretamente	189	174	214
	Outro destino	338	297	283
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 5 a 10 SM	Total	1121	1096	1200
	Coletado diretamente	887	915	1008
	Coletado indiretamente	115	108	124
	Outro destino	119	72	67
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 10 a 20 SM	Total	497	436	460
	Coletado diretamente	428	386	398

	Coletado indiretamente	47	40	53
	Outro destino	23	11	9
	Sem declaração	-	-	-
Mais de 20 SM	Total	265	213	207
	Coletado diretamente	221	191	181
	Coletado indiretamente	34	16	23
	Outro destino	10	6	4
	Sem declaração	-	-	-
Sem rendimento	Total	231	148	217
	Coletado diretamente	121	90	127
	Coletado indiretamente	41	20	22
	Outro destino	68	39	67
	Sem declaração	-	-	-
Sem declaração	Total	223	165	239
	Coletado diretamente	91	91	160
	Coletado indiretamente	25	11	18
	Outro destino	107	62	62
	Sem declaração	-	-	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.

Quadro 1- Domicílios particulares permanentes, por recebimento de dinheiro de programa social do governo, no mês de referência e algumas características existentes nos domicílios (2006)

Total	Total	13788
	Rede geral de abastec de água	10351
	Esgot sanit adequado	6691
	Esgot sanit adequado - rede coletora	3862
	Esgot sanit adequado - fossa séptica	2829
	Coleta de lixo	10031
	Iluminação elétrica	13055
	Telefone	7386

Houve	Total	4955
	Rede geral de abastec de água	3284
	Esgot sanit adequado	1737
	Esgot sanit adequado - rede coletora	906
	Esgot sanit adequado - fossa séptica	831
	Coleta de lixo	3007
	Iluminação elétrica	4598
	Telefone	1914
Não houve	Total	8833
	Rede geral de abastec de água	7068
	Esgot sanit adequado	4954
	Esgot sanit adequado - rede coletora	2956
	Esgot sanit adequado - fossa séptica	1998
	Coleta de lixo	7024
	Iluminação elétrica	8456
	Telefone	5471

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Anos selecionados.